



CLIMATE
POLICY
INITIATIVE



Legislação Consultada



Onde Estamos na
Implementação do
Código Florestal?

*Radiografia do
CAR e do PRA nos
Estados Brasileiros*



EDIÇÃO
2025



Autoria

Cristina Leme Lopes

Gerente Sênior de Pesquisa, CPI/PUC-Rio

cristina.leme@cpiglobal.org

Nina Didonet

Pesquisadora Sênior, CPI/PUC-Rio

Joana Chiavari

Diretora de Pesquisa, CPI/PUC-Rio

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por Norway's International Climate and Forest Initiative (NICFI).

Nossos parceiros e financiadores não necessariamente compartilham das posições expressas nesta publicação.

Agradecemos aos representantes de órgãos federais e estaduais que contribuíram com dados e informações incluindo: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e sua Diretoria do Cadastro Ambiental Rural (CAR), e Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

As autoras gostariam também de agradecer a Ana Flávia Corleto e Giovana Souza pela assistência à pesquisa, Camila Calado, Giovanna de Miranda e Maria Carolina Cassella pela revisão e edição do texto e a Meyrele Nascimento e Nina Oswald Vieira pelo trabalho de formatação e design gráfico.

Sobre o Climate Policy Initiative

O Climate Policy Initiative (CPI) é uma organização com experiência internacional em análise de políticas públicas e finanças, que possui sete escritórios ao redor do mundo. No Brasil, é afiliado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e atua no aprimoramento de políticas públicas e finanças sustentáveis a fim de promover a transição para uma economia de baixo carbono. O CPI/PUC-Rio desenvolve análises baseadas em evidência e estabelece parcerias estratégicas com membros do governo, da sociedade civil, do setor privado e de instituições financeiras.

Citação sugerida

Lopes, Cristina L., Nina Didonet e Joana Chiavari. *Onde Estamos na Implementação do Código Florestal? Radiografia do CAR e do PRA nos Estados Brasileiros - Edição 2025*. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2025.

Contato

contato.brasil@cpiglobal.org



Copyright © 2020 Climate Policy Initiative climatepolicyinitiative.org. Todos os direitos reservados.
Conteúdo sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Os textos desta publicação podem ser reproduzidos no todo ou em parte para fins não comerciais, tais como discussões sobre políticas ou atividades educacionais, desde que a fonte e os respectivos autores sejam citados.

1. Legislação Federal

Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. bit.ly/3RFwkZW.

Lei nº 12.651 e alterações, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. bit.ly/2ZNXQfz.

Lei nº 14.590, de 24 de maio de 2023 - Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências. bit.ly/4a9pTWm.

Lei nº 14.595, de 05 de junho de 2023 - Altera as Regras de Adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). bit.ly/4ahgsnJ.

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. bit.ly/3uUmsTs.

Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012 - Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. bit.ly/3ldvmOu.

Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014 - Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências. bit.ly/3xPxMxG.

Decreto nº 8.750, de 09 de maio de 2016 - Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. bit.ly/3RkKq1y.

Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Cota de Reserva Ambiental, instituída pelo art. 44 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. bit.ly/3HvuSDN.

Decreto nº 11.015, de 29 de março de 2022 - Institui o Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais e o seu Comitê Gestor. bit.ly/42t96Kc.

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. bit.ly/43DEOBM.

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança, e altera o Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023. bit.ly/4hzzVns.

Instrução Normativa MMA nº 2, de 6 de maio de 2014 - Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural-CAR. bit.ly/3BUSp1x.

Instrução Normativa Ibama nº 12, de 6 de agosto de 2014 - Define os procedimentos relativos ao requerimento de suspensão de aplicação de sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito, e de declaração de conversão da sanção pecuniária em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos do § 5º do art. 59 da Lei nº 12.651, de 2012. bit.ly/3dfCvip.

Instrução Normativa MMA nº 3, de 18 de dezembro de 2014 - Institui a Política de Integração e Segurança da Informação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural e dá outras providências. bit.ly/3defIDM.

Instrução Normativa ICMBio nº 5, de 19 de maio de 2016 - Estabelece os procedimentos para a Compensação de Reserva Legal em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação Federais de domínio público, visando à regularização da sua situação fundiária, conforme Processo Administrativo nº 02070.000195/2014-01. bit.ly/3GepWk9.

Instrução Normativa INCRA nº 131, de 21 de junho de 2023 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos para individualização automatizada do Cadastro Ambiental Rural - CAR, em lote, dos Projetos de Assentamento do Incra, institui o Módulo de Integração dos Lotes de Reforma Agrária (Módulo Lote CAR - MLC), e dá outras providências. bit.ly/46VrLPP.

Instrução Normativa Ibama nº 14, de 01 de julho de 2024 - Estabelece procedimentos para elaboração, apresentação, execução e monitoramento de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Área Alterada (PRAD) pelo administrado com vistas ao cumprimento da legislação ambiental em todos os biomas e suas respectivas fitofisionomias. bit.ly/4fzENqV.

Portaria Mapa nº 121, de 12 de maio de 2021 - Estabelece, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, procedimentos gerais complementares para a análise dos dados do Cadastro Ambiental Rural - CAR e para integração dos resultados da análise ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR e dá outras providências. bit.ly/3YAXNOP.

Portaria Ibama nº 118, de 3 de outubro de 2022 - Institui Procedimento Operacional Padrão (POP) para Estimativa dos Custos de Implantação e Manutenção de Projeto de Recuperação Ambiental nos Biomas Brasileiros, para Compor Valor Mínimo da Reparação por Danos Ambientais à Vegetação Nativa, em Processos Administrativos no âmbito do Ibama. bit.ly/3FAEEE7.

Portaria Mapa nº 546, de 29 de dezembro de 2022 - Estabelece o Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais (RegularizAgro), para o período de 2022 a 2027. bit.ly/3UCysmq.

Resolução CNAL nº 5, de 13 de dezembro de 2022 - Aprova o Plano Estratégico do Conselho Nacional da Amazônia Legal 2020-2030 e dá outras providências. bit.ly/4akyUMC.

Resolução Incra nº 42, de 21 de junho de 2023 - Aprova a Instrução Normativa Incra nº 131, de 21 de junho de 2023, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para individualização automatizada do Cadastro Ambiental Rural - CAR, em lote, dos Projetos de Assentamento do Incra, institui o Módulo de Integração dos Lotes de Reforma Agrária (Módulo Lote CAR - MLC), e dá outras providências. bit.ly/48e1k8V.

Resolução SFB nº 22, de 01 de setembro de 2023 - Aprova minuta do Termo de Compromisso de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), para fins do disposto no art. 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. bit.ly/4exYr5T.

Resolução BCB nº 140, de 15 de setembro de 2021 - Dispõe sobre a criação da Seção 9 (Impedimentos Sociais, Ambientais e Climáticos) no Capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural (MCR). bit.ly/3KvLKN4.

Resolução CMN nº 5.021, de 29 de junho de 2022 - Ajusta normas gerais do crédito rural e de financiamentos ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) a serem aplicadas a partir de 1º de julho de 2022. bit.ly/3XS9yAC.

Resolução CMN nº 5.102, de 24 de agosto de 2023 - Ajusta normas do Manual de Crédito Rural (MCR). bit.ly/4rU0wRv.

Resolução CMN nº 5.193, de 19 de dezembro de 2024 - Altera normas da Seção 9 (Impedimentos Sociais, Ambientais e Climáticos) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do MCR. bit.ly/4iUJZs6.

Resolução CMN nº 5.258, de 23 de outubro de 2025 - Altera normas da Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do MCR. bit.ly/48E0Qfv.

TJPR, ACP nº 5023277-59.2020.4.04.7000/PR, 1ª Vara Federal de Curitiba, julgado em 12.09.2024. bit.ly/3VUw3ne.

STF, Recurso Extraordinário nº 1.253.638-SP, julgado em 03.11.2022. bit.ly/4hzGFBL.

STF, Recurso Extraordinário com Agravo nº 1287076-SP, julgado em 20.06.2023. bit.ly/3YYRYev.

STJ, SLS nº 2950/PR, julgado em 12.08.2024. bit.ly/42sMgno.

TRF-4, SLS nº 5015462-83.2025.4.04.0000/PR, julgado em 09.06.2025. bit.ly/4n093PKV.

Despacho Ibama s/nº, de 06 de junho de 2022 - Publica a Orientação Jurídica Normativa nº 54/2022/PFE/IBAMA, acerca da interpretação e da aplicabilidade do art. 62 do Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), que trata da delimitação da Área de Preservação Permanente - APP, em reservatórios d'água artificiais. bit.ly/3ltdYOM.

2. Legislação Estadual Referente ao CAR e ao PRA

Acre

Lei nº 1.904, de 5 de junho de 2007 - Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - ZEE. bit.ly/3xKURkM.

Lei nº 2.693, de 17 de janeiro de 2013 - Altera a Lei nº 1.904, de 5 de junho de 2007, que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - ZEE. bit.ly/3dc8ujJ.

Lei nº 3.349, de 18 de dezembro de 2017 - Institui o Programa de Regularização Ambiental das propriedades e posses rurais no âmbito do Estado do Acre - PRA-Acre. bit.ly/3ohbnWD.

Lei nº 4.395, de 19 de agosto de 2024 - Dispõe sobre a compensação ambiental e a reposição florestal no Estado, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e altera a Lei nº 1904/2007, que institui o zoneamento ecológico-econômico do estado do Acre. bit.ly/3YVssbb.

Lei nº 4507, de 20 de dezembro de 2024 - Altera a Lei Nº 4395/2024, que dispõe sobre a compensação ambiental e a reposição florestal no Estado, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. bit.ly/4nVSS5D.

Decreto nº 4.951, de 07 de dezembro de 2012 - Autoriza o arrendamento e a emissão de Cotas de Reserva Ambiental, relativamente às áreas sob regime de servidão ambiental pertencentes ao Estado do Acre, para fins de compensação de passivo ambiental de imóveis rurais e dá outras providências. bit.ly/3Z02DGG.

Decreto nº 7.102, de 12 de fevereiro de 2014 - Cria o Grupo Técnico Gestor da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado.

Decreto nº 7.734, de 06 de junho de 2014 - Alterado pelo Decreto nº 4.410, de 02 de outubro de 2019 - Regulamenta o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do estado do Acre. bit.ly/4ftpbp.

Decreto nº 9.025, de 04 de junho de 2018 - Regulamenta a Lei nº 3.349, de 18 de dezembro de 2017, que instituiu o Programa de Regularização Ambiental das propriedades e posses rurais no âmbito do Estado do Acre - PRA-Acre, e dá outras providências. bit.ly/3lhCw3G.

Decreto nº 2.849, de 14 de junho de 2019 - Dispõe sobre a criação do Grupo Técnico Gestor da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado.

Decreto nº 6.843, de 22 de setembro de 2020 - Cria o Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - CIGMA, regulamenta seu funcionamento e dá outras providências. bit.ly/3xRyt9I.

Decreto nº 11.093, de 26 de julho de 2022 - Institui a Plataforma de Integração e Monitoramento de Dados Ambientais do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - PCIGMA e a Plataforma de Gestão do Cadastro Ambiental Rural - PGCAR, estabelece regras de governança do CAR e dá outras providências. bit.ly/3tdCVS4.

Instrução Normativa SEMA nº 2, de 27 de agosto de 2025 - Dispõe sobre os procedimentos e critérios técnicos para a regularização dos passivos ambientais na Reserva Legal mediante a Compensação de Reserva Legal no âmbito do Programa de Regularização Ambiental das propriedades e posses rurais do Estado do Acre e dá outras providências. bit.ly/3MtRiem.

Portaria Interinstitucional Sema/Imac nº 01, de 10 de junho de 2014 - Estabelece a estrutura organizacional básica do Escritório Técnico de Gestão do Cadastro Ambiental Rural - CAR e do Programa de Regularização Ambiental do Estado do Acre - PRAAC, doravante denominado "Escritório do CAR". bit.ly/4hC005v.

Portaria Imac nº 43, de 25 de abril de 2022 - Dispõe sobre os empreendimentos situados em áreas rurais para atividades de manejo e exploração florestal (supressão de vegetação em área primária ou secundária) e demais atividades agropecuárias e outras igualmente impactantes que deverão ser condicionadas ao CAR para prévia análise do licenciamento ambiental. bit.ly/48FoTZQ.

Resolução Conjunta CEMACT/CFE/CEDRFS nº 01, de 18 de maio de 2018 - Aprova a Matriz de Recomposição Florestal e a Lista de Espécies Indicadas para a Recomposição Florestal.

Resolução Cemaf nº 2, de 18 de agosto de 2022 - Define os procedimentos técnicos e administrativos referentes ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente causadoras ou mitigadoras de impacto ambiental, no estado do Acre, em que haja o uso alternativo do solo para atividade agropecuária, plantio agrícola e criações pecuárias (bovinos e bubalinos) para fins comerciais. bit.ly/3NXAKsl.

Alagoas

Instrução Normativa nº 02, de 30 de agosto de 2023 - Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR instituído no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente - SINIMA, institui o Programa de Regularização Ambiental - PRA, no âmbito do estado de Alagoas e define os procedimentos gerais. bit.ly/3MUOkQ7.

Amapá

Lei nº 3.208, de 24 de abril de 2025 - Estabelece as diretrizes para implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado do Amapá - ZEE, e dá outras providências. bit.ly/4phRc7N.

Decreto nº 1.665, de 13 de maio de 2021 - Institui no âmbito do estado do Amapá o Programa de Regularização Ambiental - PRA e regulamenta o Cadastro Ambiental Rural - CAR no estado do Amapá e adota demais providências. bit.ly/3Gc1XIE.

Amazonas

Lei nº 3.417, de 31 de julho de 2009 - Institui o Macrozoneamento Ecológico - Econômico do Estado do Amazonas - MZEE. bit.ly/3IfEfGL.

Lei nº 3.645, de 08 de agosto de 2011 - Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE da Sub-região do Purus no estado do Amazonas. bit.ly/4hH4acb.

Lei nº 3.785, de 24 de julho de 2012 - Alterada pela Lei nº 5.665 de 24 de julho de 2021 e pela nº 5.798, de 23 fevereiro de 2022 - Regulamenta o licenciamento ambiental no estado, dispensando algumas atividades de licenciamento e condicionando atividades sujeitas ao licenciamento à análise prévia do CAR. bit.ly/3Ckmo3a.

Lei nº 4.406, de 28 de dezembro de 2016 - Estabelece a Política Estadual de Regularização Ambiental, dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR, o Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR-AM, o Programa de Regularização Ambiental - PRA, no estado do Amazonas e dá outras providências. bit.ly/3xUH5fB.

Lei nº 5.662, de 21 de outubro 2021 - Altera, na forma que especifica, a Lei nº 3.785, de 24 de julho de 2012, que trata do licenciamento ambiental, dispensando de licenciamento ambiental as atividades agrossilvipastoris realizadas em áreas mediante CAR, e condicionando a análise de autorização de supressão de vegetação à prévia validação do CAR. bit.ly/3YvUTuM.

Lei nº 5.798, de 23 fevereiro de 2022 - Altera, na forma que especifica a Lei nº 3.785, de 24 de julho de 2012, que “Dispõe sobre o licenciamento ambiental no Estado do Amazonas, revoga a Lei nº 3.219, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências”, dispensando de licenciamento ambiental as atividades de limpeza de pastagens, em áreas consolidadas fora de Reserva Legal ou Áreas de Preservação Permanente. bit.ly/3YTROzv.

Decreto nº 42.370, de 5 de junho de 2020 - Regulamenta a Lei nº 4.406, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR, o Programa de Regularização Ambiental do Estado do Amazonas - PRA-AM. bit.ly/3xLzzUe.

Decreto nº 44.965, de 07 de dezembro de 2021- Dispõe sobre o processo administrativo para obtenção da Certidão de Habilitação de Imóvel para fins de Compensação de Reserva Legal e Doação de Imóvel para o Estado do Amazonas, e dá outras providências. bit.ly/3YVefLp.

Decreto nº 52.216, de 06 de agosto de 2025 - Estabelece normas complementares ao Programa de Regularização Ambiental do Estado do Amazonas, na forma dos artigos 32 e 33 da Lei Estadual nº 4.406, de 28 de dezembro de 2016. bit.ly/4pb7qzo.

Instrução Normativa IPAAM nº 1, de 12 de junho de 2023 - Dispõe sobre os procedimentos e critérios para autuação, embargo e divulgação decorrentes das infrações relativas ao desmatamento ilegal, monitorado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, e dá outras providências. bit.ly/3RkbfDh.

Instrução Normativa IPAAM nº 2, de 12 de junho de 2023 - Dispõe sobre os procedimentos internos para efetivação de medidas cautelares de suspensão do Cadastro Ambiental Rural - CAR e embargo de áreas, para refrear emergencialmente as ocorrências de desmatamento ilegal, identificadas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, e dá outras providências. bit.ly/46Vzn4R.

Instrução Normativa IPAAM nº 1, de 30 de abril de 2024 - Altera o Artigo 2º, inciso III, da Instrução Normativa nº 02/2023. bit.ly/44IUcYG.

Portaria IPAAM/ SDS nº 1, de 26 de agosto de 2013 - Estabelece no âmbito da SDS e IPAAM, orientações acerca do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado do Amazonas - CAR/AM relativamente à aplicação das regras de regularização da Reserva Legal mediante compensação ou desoneração. bit.ly/3dc3Ceb.

Portaria IPAAM nº 145, de 17 de dezembro de 2018 - Disciplina os procedimentos técnicos e administrativos técnicos da análise e validação do administrativo de regularização do Cadastro Ambiental Rural - CAR no estado do Amazonas, que dispõe sobre o processo administrativo de Regularização de Áreas de Preservação Permanente - APP, Reserva Legal e de Uso Restrito, no âmbito do Programa de Regularização Ambiental do estado do Amazonas e dá outras providências. bit.ly/4ff1osR.

Portaria Sema nº 29, de 05 de março de 2020 - Constitui no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema, a estrutura de gestão do Projeto de Cadastro Ambiental Rural - ProjeCAR, com os colegiados e responsabilidades que especifica. bit.ly/3AtqQvT.

Portaria IPAAM nº 180, de 23 de dezembro de 2020 - Alterada pela Portaria IPAAM nº 51, de 16 de maio de 2022 - Regulamenta o fluxo integrado de processos entre os setores do IPAAM, condicionando a análise dos pedidos de licenciamento à análise prévia do CAR. bit.ly/4fdi5Fm.

Portaria IDAM nº 127, de 14 de abril de 2023 - Cria o Núcleo de Regularização Ambiental no âmbito do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do estado do Amazonas, subordinado ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Florestal - DATEF.

Portaria Ipaam nº 126, de 01 de dezembro de 2023 - Suspendida temporariamente pela Portaria Ipaam nº 45, de 07/05/2024 - Dispõe sobre a Compensação pela Intervenção ou Supressão de Área de Preservação Permanente - APP, Áreas de Uso Restrito - AUR e Áreas com Ocorrência de Espécies de Flora e Fauna Ameaçada de Extinção ou Migratórias, para as atividades potencialmente poluidoras a serem instaladas, em operação, ou atividades já instaladas passíveis de regularização, nos casos de inexistência de alternativa locacional, nas hipóteses de utilidade pública e interesse social estabelecidas no Código Florestal - Lei Federal nº 12.651/2012, e demais legislações correlatas. bit.ly/4fAlyNR.

Portaria Ipaam nº 100, de 30 de outubro de 2024 - Institui a retificação de Cadastros Ambientais Rurais como um procedimento a ser adotado pela Gerência de Controle Agropecuário - GCAP/IPAAM para os imóveis rurais de até 04 (quatro) Módulos Fiscais, cujos proprietários/possuidores tenham solicitado o licenciamento ambiental de atividades no Ipaam. bit.ly/3X321yw.

Resolução Cemaam nº 41, de 08 de maio de 2023 - Aprova a alteração da Resolução nº 29, de 31 de outubro de 2018, que versa sobre o Regimento Interno do Conselho Estadual de Meio Ambiente - Cemaam, na forma do Anexo a esta Resolução. bit.ly/3S0MQEp.

Bahia

Lei nº 13.597, de 14 de dezembro de 2016 - Institui o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do estado da Bahia. bit.ly/3lf58uv.

Decreto nº 15.180, de 2 de junho de 2014 - Alterado pelo Decreto nº 18.140, de 4 de janeiro de 2018 - Regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação do estado da Bahia, a conservação da vegetação nativa, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR, e dispõe acerca do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do estado da Bahia e dá outras providências. bit.ly/3EmmMu7.

Instrução Normativa Inema nº 6, de 05 de outubro de 2022 - Estabelece os procedimentos para a compensação de Reserva Legal em imóveis localizados no interior de Unidade de Conservação (UC) estadual de domínio público, visando à regularização da situação fundiária da UC, e dá outras providências. bit.ly/4ekIZdd.

Instrução Normativa Sema/Inema nº 15, de 27 de outubro de 2022 - Dispõe sobre as ações a serem realizadas em casos de suspeita ou confirmação de fraudes no Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos e no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR. bit.ly/4fChgp8.

Instrução Normativa Sema/Inema nº 2, de 10 de julho de 2023 - Altera a Instrução Normativa Sema/Inema nº 15, de 27 de outubro de 2022, que dispõe sobre as ações a serem realizadas em casos de suspeita ou confirmação de fraudes no Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos - SEIA e no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR. bit.ly/484cjLS.

Portaria Inema nº 22.078, de 08 de janeiro de 2021 - Alterada pela Portaria Inema nº 22.646 de 21 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre a aprovação da localização da Reserva Legal no estado da Bahia. bit.ly/48L7GhK.

Ceará

Lei nº 18.301, de 28 de dezembro de 2022 - Institui a Política Agrícola Estadual de Florestas Plantadas e seus Produtos no estado do Ceará com base no Desenvolvimento Sustentável. bit.ly/46UBG88.

Decreto nº 33.860, de 21 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre a Instituição do Programa de Regularização Ambiental dos imóveis rurais no âmbito do estado do Ceará, instituído pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.830, seus respectivos Comitê Interinstitucional e Comissão Técnica Gestora e dá outras providências. bit.ly/3lmb6tM.

Decreto nº 36.229, de 19 de setembro de 2024 - Altera o Decreto nº 33.860, de 21 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a instituição do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais no âmbito do Estado do Ceará, instituído pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.830, seus respectivos Comitê Interinstitucional e Comissão Técnica Gestora e dá outras providências. bit.ly/47Y7MIX.

Instrução Normativa Semace nº 1, de 15 de outubro de 2020 - Define critérios e procedimentos para análise e validação dos cadastros inseridos no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) realizados pela Semace e dá outras providências. bit.ly/3lvhMM1.

Resolução Coema nº 3, de 10 de agosto de 2023 - Dispõe sobre critérios, procedimentos e custos relativos à reserva legal extrapropriedade. bit.ly/4hM9yuv.

Distrito Federal

Decreto nº 37.931, de 30 de dezembro de 2016 - Alterado pelo Decreto nº 46.236, de 05 de setembro de 2024 - Regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, estabelece regras complementares para o funcionamento do Cadastro Ambiental Rural - CAR e do Programa de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais - PRA/DF, e dá outras providências. bit.ly/3lr55vV.

Instrução Normativa nº 33, de 2 de outubro de 2020 - Estabelece as diretrizes, critérios técnicos e procedimentos para a promoção de recuperação ambiental no Distrito Federal, e dá providências correlatas. bit.ly/3rrXyqx.

Instrução Normativa Ibram nº 23, de 12 de agosto de 2021 - Estabelece os critérios para a aplicação da multa e juros pelo descumprimento das obrigações constantes no Termo de Compromisso de Regularização Ambiental - TCRA no âmbito do Instituto Brasília Ambiental. bit.ly/3xUOz2b.

Instrução Normativa Ibram nº 19, 01 de novembro de 2022 - Dispõe sobre padrões e procedimentos para análise e emissão de Autorização para Supressão de Vegetação Nativa, Autorização de Corte de Árvores Isoladas, Autorização para Utilização de Matéria-Prima Florestal, Comunicação de Corte de Árvores Isoladas e Declaração de Corte no âmbito do Brasília Ambiental. bit.ly/3t6BjK3.

Espírito Santo

Decreto nº 3.346-R, de 11 de julho de 2013 - Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) no estado e dá outras providências. bit.ly/4fgdSAv.

Decreto Estadual nº 5.736-R, de 24 de junho de 2024 - Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Monitoramento e Combate ao desmatamento ilegal e dá outras providências. bit.ly/3XBNKZI.

Instrução Normativa Idaf nº 5, de 19 de agosto de 2015 - Dispõe sobre a inscrição dos imóveis rurais no CAR no estado do Espírito Santo. bit.ly/3YUhnHj.

Instrução Normativa Idaf nº 5, de 9 de março de 2020 - Institui, no âmbito do Idaf, as normas para os casos de necessidade de retificação por readequação ou realocação da área de Reserva Legal de imóvel rural. bit.ly/3opQPeV.

Instrução Normativa Idaf nº 3, de 18 de abril de 2022 - Institui normas e procedimentos que regulam a utilização de sensoriamento remoto para realização de vistorias na elaboração do Cadastro Ambiental Rural e nas ações de licenciamento ambiental de competência do Idaf, no estado do Espírito Santo. bit.ly/4fcdraH.

Instrução Normativa Idaf nº 8, 04 de agosto de 2022 - Define os procedimentos para cadastro de plantio de árvores ou florestas nativas com finalidade de exploração comercial. bit.ly/41fX1b7.

Instrução Normativa Idaf nº 11, de 27 de dezembro de 2023 - Regulamenta o Programa de Regularização Ambiental (PRA) no estado do Espírito Santo. bit.ly/3ADUKNN.

Instrução Normativa Iema nº 7, de 29 de maio de 2024 - Estabelece os procedimentos para a Compensação de Reserva Legal, em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação de domínio público no estado Espírito Santo, visando à regularização da situação fundiária, conforme Processo Administrativo nº 2024-1JGRS. bit.ly/3UCtsyo.

Resolução Consema nº 1, de 14 de junho de 2023 - Estabelece orientações com objetivo de unificar procedimentos na aplicação da Lei nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021, que alterou a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre regularização fundiária em terras da União, e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanente no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas. bit.ly/47YIDaL.

Goiás

Lei Estadual nº 18.104, de 18 de julho de 2013 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, institui a nova Política Florestal do estado de Goiás e dá outras providências. bit.ly/3G9NGWp.

Lei nº 20.694, de 26 de dezembro 2019 - Dispõe sobre normas gerais para o Licenciamento Ambiental do estado de Goiás e dá outras providências. bit.ly/3Jzdq1G.

Lei nº 21.231, de 10 de janeiro de 2022 - Dispõe sobre a regularização de passivos ambientais de imóveis rurais e urbanos, bem como a compensação florestal e a compensação por danos para regularizar a supressão da vegetação nativa realizada sem a prévia autorização do órgão ambiental competente, também a definição dos parâmetros da compensação florestal e da reposição florestal no estado de Goiás. bit.ly/3YW6bqk.

Decreto nº 9.102, de 05 de dezembro de 2017 - Estabelece condições para a regularização ambiental prevista na Lei nº 18.104, de 18 de julho de 2013, por intermédio do Programa Tesouro Verde, instituído pela Lei nº 19.763 de 18 de julho de 2017, e dá outras providências. bit.ly/3Ey91sp.

Decreto nº 9.710, de 03 de setembro de 2020 - Regulamenta a Lei que dispõe sobre as normas gerais para o Licenciamento Ambiental no estado de Goiás e dá outras providências. bit.ly/4hBkk6K.

Decreto nº 10.464, de 7 de maio de 2024 - Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD e altera o Decreto nº 10.218, de 16 de fevereiro de 2023. bit.ly/3UFEq5X.

Decreto nº 10.470, de 20 de maio de 2024 - Regulamenta o Programa de Regularização Ambiental - PRA no estado de Goiás. bit.ly/3YQxEwN.

Decreto nº 10.543, de 10 de setembro de 2024 - Altera o Decreto nº 9.130, de 29 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA e dá outras providências. bit.ly/3M7QgUZ.

Instrução Normativa Secima nº 4, de 20 de abril de 2017 - Dispõe sobre os procedimentos para solicitação de prioridade na análise do Cadastro Ambiental Rural. bit.ly/3NYSW5c.

Instrução Normativa Secima nº 4, de 26 de junho de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos para solicitação de prioridade na análise do Cadastro Ambiental Rural. bit.ly/31ouhIF.

Instrução Normativa Semad nº 18, de 18 de junho de 2021 - Dispõe sobre os procedimentos para a definição de prioridade na análise do Cadastro Ambiental Rural. bit.ly/3UJof7N.

Instrução Normativa Semad nº 2, de 26 de janeiro de 2021 - Regulamenta o procedimento administrativo para a celebração de termos de compromisso de compensação ambiental, conforme estabelecido no art. 35 da Lei Estadual nº 14.247, de 29 de julho de 2002, alterada pela Lei Estadual nº 19.955, de 29 de dezembro de 2017, e pela Lei Estadual nº 20.065, de 04 de maio de 2018. bit.ly/3CjiQOB.

Instrução Normativa Semad nº 4, de 12 de fevereiro de 2021 - Dispõe sobre regras transitórias para análise e aprovação da reserva legal, a serem aplicadas enquanto permanecer inoperante o Módulo de análise do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). bit.ly/3UHHJtr.

Instrução Normativa Semad nº 16, de 15 de junho de 2021 - Regulamenta parâmetros para solicitação e emissão de registro de intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e Áreas de Uso Restrito. bit.ly/3opRJrP.

Instrução Normativa Semad nº 18, de 18 de junho de 2021 - Dispõe sobre os procedimentos para a definição de prioridade na análise do Cadastro Ambiental Rural. bit.ly/31fL76A.

Instrução Normativa Semad nº 9, de 05 de julho de 2023 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização da Reposição Florestal. bit.ly/3RmYUOE.

Instrução Normativa Semad nº 2, de 09 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre o procedimento de emissão da Declaração Ambiental do Imóvel (DAI) em conformidade com a Lei estadual nº 21.231, de 10 de janeiro de 2022. bit.ly/3Ay6Acr.

Instrução Normativa Semad nº 9, de 10 de maio de 2024 - Dispõe sobre o cancelamento de Cadastro Ambiental Rural - CAR inscrito junto ao Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - Sicar. bit.ly/40BVMoq.

Instrução Normativa Semad nº 13, de 22 de maio de 2024 - Dispõe sobre o Procedimento de Recuperação da Vegetação Nativa no estado de Goiás. bit.ly/3Z5dI9P.

Instrução Normativa Semad nº 19, de 09 de outubro de 2024 - Dispõe sobre o regulamento do corte de árvores isoladas em imóveis rurais, bem como os procedimentos administrativos para realização do manejo sustentável em área de reserva legal ou remanescentes de vegetação nativa para exploração florestal eventual sem propósito comercial, para consumo no próprio imóvel, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD. bit.ly/3WZIYFh.

Instrução Normativa Semad nº 3/2025 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a compensação de Reserva Legal nos casos previstos na Lei estadual nº 18.104, de 18 de julho de 2013, e sobre os procedimentos administrativos para as compensações florestais e por danos, nos casos previstos na Lei estadual nº 21.231, de 10 de janeiro de 2022. bit.ly/488xaFS.

Orientação Normativa Semad nº 8, de 18 de maio de 2021 - Orienta quanto a aplicação da prescrição da pretensão punitiva nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Estadual nº 18.102, de 18 de julho de 2013. bit.ly/4ezLdWh.

Maranhão

Lei nº 10.276, de 7 de julho de 2015 - Institui o Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural e adota outras providências. bit.ly/3LPJyB1.

Lei nº 10.316, de 17 de setembro de 2015 - Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do estado do Maranhão e dá outras providências. bit.ly/31ieNjr.

Decreto nº 32.361, de 09 de novembro de 2016 - Delega competências para a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF relacionadas às ações do Cadastro Ambiental Rural - CAR. bit.ly/3AMiz67.

Decreto nº 33.662, de 27 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a criação do Comitê de acompanhamento do processo de implementação do Cadastro Ambiental Rural - CAR no estado do Maranhão, e dá outras providências. bit.ly/3Z3EzTF.

Decreto nº 36.889, de 27 de julho de 2021 - Estabelece diretrizes para a emissão de licenças e autorizações ambientais e para a inscrição de imóveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e dá outras providências. bit.ly/3DiWSWz.

Decreto nº 38.566, de 3 de outubro de 2023 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental das propriedades e posses rurais do estado do Maranhão - PRA/MA. bit.ly/3teiFQI.

Instrução Normativa Sema nº 2, de 16 de setembro de 2024 - Dispõe sobre procedimentos e critérios técnicos a serem adotados para restauração de Reserva Legal (RL), Área de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Uso Restrito (AUR) no âmbito do Programa de Regularização Ambiental (PRA), para atividades Agrossilvipastoris. bit.ly/4hQzwH.

Portaria Sema nº 55, de 12 de junho de 2017 - Disciplina os procedimentos para pedido de cancelamento, emissão de recibos de inscrição do Cadastro Ambiental Rural - CAR e atualização de dados cadastrais no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - Sicar, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - Sema. bit.ly/3IfSUIh.

Portaria Sema nº 18, de 31 de janeiro de 2020 - Disciplina os procedimentos para análise e validação do Cadastro Ambiental Rural - CAR, referente aos imóveis rurais acima de 4 (quatro) módulos fiscais inseridos no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - Sicar. bit.ly/3rwEkQG.

Portaria Sema nº 27, de 29 de abril de 2021 - Estabelece critérios e procedimentos para recuperação de áreas degradadas elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas - PRAD através do uso de sementes, mudas e fauna. bit.ly/3lxsAcR.

Portaria Sema nº 97, de 24 de setembro de 2021 - Disciplina os procedimentos para cancelamento de inscrição dos Cadastros Ambientais Rurais - CAR de imóveis rurais acima de 04 (quatro) módulos fiscais em terras indígenas, áreas quilombolas e Unidades de Conservação - UC's de posse e domínio públicos, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - Sema. bit.ly/3KAERKI.

Portaria Sema nº 277, de 23 de junho de 2023 - Estabelece critérios e procedimentos para recuperação de áreas degradadas, elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas - PRAD. bit.ly/4hzL1sB.

Portaria Sema nº 380, de 27 de julho de 2023 - Disciplina os procedimentos e critérios técnicos de concessão de Licença Ambiental para Atividades Agrossilvipastoris Autorizações Ambientais para Uso Alternativo do Solo, Autorização de Queima Controlada e Autorizações de Crédito de Reposição Florestal no Estado do Maranhão. bit.ly/48GdmJz.

Mato Grosso

Lei Complementar nº 592, de 26 de maio de 2017 - Alterada pela Lei Complementar nº 785, de 08 de janeiro de 2024 e pela Lei Complementar nº 786, de 08 de janeiro 2024 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do estado de Mato Grosso, e dá outras providências. bit.ly/3NXnNiw.

Decreto Estadual nº 1.031, de 02 de junho de 2017 e alterações - Regulamenta a Lei Complementar nº 592, de 26 de maio de 2017, no que tange o Programa de Regularização Ambiental, o Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental - SIMCAR, a inscrição e análise do Cadastro Ambiental Rural. bit.ly/42xd3h4.

Decreto nº 1.491, de 15 de maio de 2018 - Regulamenta a Lei Complementar nº 592, de 26 de maio de 2017, no tocante às formas de regularização ambiental nos imóveis rurais e altera dispositivos do Decreto nº 1.031, de 02 de junho de 2017. bit.ly/3lfBtRW.

Decreto nº 1.025, de 29 de julho de 2021 - Alterado pelo Decreto nº 340, de 20 de junho de 2023 - Dispõe sobre a classificação da fitofisionomia vegetal para fins de definição de reserva legal em imóveis rurais de Mato Grosso. bit.ly/3AxPL1e.

Decreto nº 1.313, de 11 de março de 2022 - Regulamenta a Gestão Florestal do estado de Mato Grosso, e dá outras providências. bit.ly/3JVQI5m.

Decreto nº 780, de 27 de março de 2024 - Dispõe sobre o CAR-DIGITAL e o procedimento de análise automatizada do Cadastro Ambiental Rural, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema). bit.ly/3CbfPzC.

Decreto nº 966, de 02 de agosto de 2024 - Aprova o Regimento Interno da Secretaria da Secretaria do Meio Ambiente - Sema. bit.ly/4hBVcNi.

Decreto nº 1.058, de 02 de outubro de 2024 - Regulamenta o processo administrativo estadual de licenciamento ambiental da atividade de mineração, que contenha solicitação de supressão de vegetação, nos casos previstos no Artigo 94-A da Lei Complementar nº 788, de 18 de janeiro de 2024 e dá outras providências. bit.ly/4o2Nca7.

Decreto nº 1473, de 04 de junho de 2025 - Dispõe sobre o CAR DIGITAL 2.0 e o procedimento de análise automatizada do Cadastro Ambiental Rural, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). bit.ly/4pjwil.

Instrução Normativa Sema nº 4, de 21 de junho de 2023 - Disciplina a inscrição dos Imóveis Rurais na base de dados do Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural - Simcar. bit.ly/48fUrnw.

Instrução Normativa Sema nº 5, de 24 de julho de 2023 - Disciplina o procedimento para vеторização e análise no CAR, da área que tenha realizado manejo da vegetação campestre visando a restauração e manutenção das paisagens do Bioma Pantanal, no estado de Mato Grosso, mediante autorização da Sema/MT. bit.ly/3RDqTe5.

Instrução Normativa Sema nº 9, de 19 de dezembro de 2023 - Altera a Instrução Normativa nº 04, de 21 de junho de 2023, que "Disciplina a inscrição dos Imóveis Rurais na base de dados do Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural - Simcar". bit.ly/4hytXmP.

Instrução Normativa Sema nº 3, de 01 de julho de 2024 - Altera a Instrução Normativa nº 04, de 21 de junho de 2023, que "Disciplina a inscrição dos Imóveis Rurais na base de dados do Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural - SIMCAR".

Portaria Sema nº 40, de 14 de janeiro de 2021 - Alterada pela Portaria Sema nº 40, de 19 de janeiro de 2022 - Prorroga o prazo para apresentação do projeto de compensação ambiental de reserva legal para produtores rurais que firmaram Termo de Compromisso no Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural - Simcar. bit.ly/3O8nCRD.

Portaria Sema nº 973, de 02 de agosto de 2024 - Estabelece o prazo para apresentação do projeto de compensação ambiental de reserva legal para produtores rurais que firmaram Termo de Compromisso no Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural - Simcar. bit.ly/4fhcmhD.

Mato Grosso do Sul

Lei nº 6.160, de 18 de dezembro de 2023 - Dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração ecologicamente sustentável da Área de Uso Restrito da Planície Pantaneira (AUR-Pantanal), no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Pantanal. bit.ly/3YBIZj4.

Decreto nº 13.977, de 05 de junho de 2014 - Alterado pelo Decreto nº 16.516, de 5 de novembro de 2024 - Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural de Mato Grosso do Sul; sobre o Programa MS Mais Sustentável, e dá outras providências. bit.ly/3Dgwxsf.

Decreto nº 16.228, de 07 de julho de 2023 - Estabelece a Estrutura Básica e a Competência do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), e dá outras providências. bit.ly/41il6xQ.

Decreto nº 16.388, de 16 de fevereiro de 2024 - Regulamenta disposições da Lei nº 6.160, de 18 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração ecologicamente sustentável da Área de Uso Restrito da Planície Pantaneira (AUR-Pantanal), no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, na forma que especifica, e dá outras providências. bit.ly/3YVzpsA.

Portaria Imasul nº 676, de 23 de abril de 2019 - Estabelece a Norma Técnica para Georreferenciamento de Áreas de Interesse Ambiental e de atividades sujeitas ao Licenciamento e Regularização Ambiental no Imasul, e dá outras providências. bit.ly/3AkS3Rp.

Portaria Imasul nº 1404, de 04 de abril de 2024 - Altera a Portaria Imasul nº 676 de 23 de abril de 2019 que estabelece as Normas Técnicas para Georreferenciamento de Áreas de Interesse Ambiental e de atividades sujeitas ao Licenciamento e Regularização Ambiental no Imasul, e dá outras providências. bit.ly/3AAEJbC.

Resolução Semac nº 11, de 15 de julho de 2014 - Implanta e disciplina procedimentos relativos ao Cadastro Ambiental Rural e sobre o Programa MS Mais Sustentável a que se refere o Decreto Estadual nº 13.977, de 05 de junho de 2014. bit.ly/3IqNQkg.

Resolução Semade nº 28, de 22 de março de 2016 - Altera e acrescenta dispositivos à Resolução Semac nº 11, de 15 de julho de 2014, que implanta e disciplina procedimentos relativos ao Cadastro Ambiental Rural e sobre o Programa MS Mais Sustentável a que se refere o Decreto Estadual nº 13.977, de 05 de junho de 2014. bit.ly/2ZOhnNj.

Resolução Conjunta Semagro/SAD nº 2, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a Compensação de Reserva Legal em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação de domínio público, visando à regularização da sua situação fundiária e dá outras providências. bit.ly/3xM5HHv.

Resolução Semagro nº 673, de 14 de março de 2019 - Altera e acrescenta dispositivos à Resolução Semac nº 11, de 15 julho 2014, que implanta e disciplina procedimentos relativos ao Cadastro Ambiental Rural e sobre o Programa MS Mais Sustentável a que se refere o Decreto Estadual nº 13.977, de 05 de junho de 2014. bit.ly/3G7AuRL.

Resolução Semadesc nº 63, de 01 de agosto de 2024 - Altera a redação e acrescenta dispositivos na Resolução Semade n. 09, de 13 de maio de 2015 que estabelece normas e procedimentos para o licenciamento ambiental estadual. bit.ly/4hYxiD.

Deliberação Normativa Ceca nº 26, de 17 de dezembro de 2019 - Regulamenta o disposto no art. 3º, inciso X, alínea "k" da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 reconhecendo como eventuais ou de baixo impacto ações, atividades e instalações para efeito de ocupação, intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente. bit.ly/3AI2ILT.

Minas Gerais

Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 - Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no estado. bit.ly/40BZLBo.

Decreto nº 48.127, de 26 de janeiro de 2021 - Regulamenta, no estado, o Programa de Regularização Ambiental, previsto na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e na Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, e dá outras providências. bit.ly/3IfAYra.

Resolução Conjunta Semad/IEF nº 2.225, de 26 de novembro de 2014 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a Compensação de Reserva Legal em Unidades de Conservação de domínio público, pendentes de regularização fundiária. bit.ly/3oi4UuM.

Resolução Conjunta Semad/Seapa/IEF nº 3.302, de 12 de junho de 2024 - Institui a Comissão Gestora do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental.

Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF nº 3.390, de 10 de novembro de 2025 - Estabelece as diretrizes e procedimentos para a análise do Cadastro Ambiental Rural de imóveis rurais em Minas Gerais, dispõe sobre a documentação e informações necessárias para instruir os processos de regularização das áreas de Reserva Legal e dá outras providências. bit.ly/4ahYzl8.

Portaria IEF nº 50, de 06 de agosto de 2021 - Regulamenta o cancelamento da inscrição de imóvel rural no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - Sicar, nas hipóteses em que não tenha sido iniciada ou concluída a análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR, no Módulo de Análise, no âmbito do estado de Minas Gerais. bit.ly/3CgZUjq.

Portaria IEF nº 81, de 08 de novembro de 2022 - Disciplina a formalização de manifestação de interesse em adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). bit.ly/41jLU0I.

Portaria IEF nº 16, de 03 de março de 2023 - Disciplina a Doação de Mudas e Insumos pelo IEF. bit.ly/3v2LAHr.

Deliberação Normativa COPAM nº 200, de 13 de agosto de 2014 - Estabelece critérios gerais para compensação de Reserva Legal em Unidades de Conservação de Domínio Público, pendentes de regularização fundiária no Estado de Minas Gerais. bit.ly/3ojRkGY.

Pará

Lei nº 6.745, de 6 de maio de 2005 - Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do estado do Pará e dá outras providências. bit.ly/3pjuf6F.

Lei nº 7.243, de 9 de janeiro de 2009 - Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no estado do Pará - Zona Oeste. bit.ly/40CqWMe.

Lei nº 7.398, de 16 de abril de 2010 - Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Leste e Calha Norte do estado do Pará. bit.ly/2ZLXZAm.

Decreto nº 1.379, de 3 de setembro de 2015 - Cria o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado do Pará - PRA/PA e dá outras providências. bit.ly/4enikw5.

Decreto nº 2.190, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a compensação de Reserva Legal em regime de servidão no estado do Pará e dá outras providências. bit.ly/3YBzdNT.

Decreto nº 2.745, de 09 de novembro de 2022 - Dispõe sobre o Programa Regulariza Pará. bit.ly/3NxYEqJi.

Decreto nº 4.613, de 22 de abril de 2025 - Regulamentação do art. 18 da Lei Estadual nº 6.745, de 6 de maio de 2005, que cria a Cota de Proteção Ambiental (CPA). bit.ly/4qXPaey.

Instrução Normativa Semas nº 01, de 15 de fevereiro de 2016 - Dispõe sobre os procedimentos e critérios, no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semas/PA, para adesão ao Programa de Regularização Ambiental do Pará - PRA/PA, por proprietários e posseiros rurais, com fins à regularização ambiental de áreas alteradas e/ou degradadas, e dá outras providências. bit.ly/4fAzesb.

Instrução Normativa Semas nº 2, de 18 de maio de 2016 - Estabelece os procedimentos e critérios para adequação ambiental dos imóveis, cujo desmatamento tenha ocorrido após 22 de julho de 2008, nos termos da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. bit.ly/3YUYQKU.

Instrução Normativa Semas nº 05, de 01 de novembro de 2016 - Estabelece os critérios para avaliação da regularidade ambiental dos imóveis rurais no estado do Pará, por parte de bancos e instituições financeiras, e dá outras providências. bit.ly/3YTksHo.

Instrução Normativa nº 01, de 8 de outubro de 2020 - Estabelece os procedimentos e critérios para adesão ao Programa de Regularização Ambiental do Pará - PRA no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semas e dá outras providências. bit.ly/3MuoN08.

Instrução Normativa Semas nº 01, de 19 de maio de 2023 - Estabelece procedimentos e critérios de habilitação dos municípios do estado do Pará para realização da análise e validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e revoga a Instrução Normativa Semas nº 09, de 11 de outubro de 2019. bit.ly/4afhlYF.

Instrução Normativa Semas nº 2, de 03 de agosto de 2023 - Estabelece os parâmetros técnicos e os procedimentos para a análise automática do Cadastro Ambiental Rural (CAR), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas). bit.ly/3AwLFGC.

Instrução Normativa nº 1, de 20 de janeiro de 2025 - Altera a Instrução Normativa nº 01, de 08 de outubro de 2020, que estabelece os procedimentos e critérios para adesão ao Programa de Regularização Ambiental do Pará - PRA no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS e dá outras providências. bit.ly/47QmE7m.

Portaria Semas nº 654, de 07 de abril de 2016 - Dispõe sobre a implementação do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - Sicar como o Sistema Oficial de Cadastro Ambiental do Estado do Pará, que será denominado - Sicar/PA. bit.ly/40DZdee.

Portaria Semas nº 761, de 07 de junho de 2021 - Altera a Portaria nº 1.526, de 04 de dezembro de 2020, que instituiu o Grupo de Trabalho - GT para identificar e propor procedimentos e critérios de análise para a regularização das incidências de Cadastro Ambiental Rural - CAR em territórios tradicionais e coletivos, de componente social quilombola, com regularidade fundiária no estado do Pará, e dá outras providências. bit.ly/3pmcWSx.

Portaria nº 150, de 25 de janeiro de 2018 - Estabelece critérios para adesão de Órgãos ou Instituições com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semas, ao desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à Regularização Ambiental Rural, a partir do Cadastro Ambiental Rural CAR. bit.ly/3UGACIf.

Portaria Semas nº 1.526, de 04 de dezembro de 2020 - Institui Grupo de Trabalho - GT para identificar e propor procedimentos e critérios de análise para a regularização das incidências de Cadastro Ambiental Rural - CAR em territórios tradicionais e coletivos, de componente social quilombola, com regularidade fundiária no estado do Pará, e dá outras providências. bit.ly/3lhTDCm.

Bioflora Tecnologia da Restauração; Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará e Ministério do Meio Ambiente. Manual Técnico Operativo de Restauração Florestal do Estado do Pará. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014. bit.ly/4feTjVf.

Paraíba

Decreto nº 28.950, de 18 de dezembro de 2007 - Dispõe sobre a aprovação, manutenção, recomposição, relocação, condução da regeneração natural e compensação da área da Reserva Legal de imóveis rurais no estado da Paraíba e dá providências correlatas. bit.ly/48DQR8m.

Instrução Normativa Sudema nº 1, de 20 de agosto de 2019 - Dispõe sobre os procedimentos para solicitação de prioridade na análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR). bit.ly/4fD7lu9.

Instrução Normativa Sudema nº 1, de 19 de agosto de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos para readequação, retificação e relocação da área de Reserva Legal de propriedades e posses rurais. bit.ly/3UDEuTS.

Instrução Normativa Sudema nº 1, de 07 de fevereiro de 2022 - Institui o Termo de Compromisso Ambiental (TCA) para Adequação e Regularização Ambiental de propriedades ou posses rurais no âmbito dos procedimentos técnicos e administrativos da Sudema, e dá outras providências. bit.ly/4hEAD2L.

Portaria Sudema nº 02, de 13 de janeiro de 2017 - Institui o modelo de requerimento de cancelamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) junto a Sudema visando correções junto ao Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - Sicar. bit.ly/3rxSNvw.

Portaria Sudema nº 62, de 10 de dezembro de 2019 - Institui a obrigatoriedade de apresentação do Recibo de Inscrição da propriedade ou posse rural no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), bem como do seu respectivo Demonstrativo de Situação (status) do Cadastro Ambiental Rural (CAR), para as modalidades de licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade desenvolvida em imóvel rural. bit.ly/31I41Zu.

Deliberação Copam nº 3.679, de 15 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre orientações técnicas e jurídicas para os procedimentos da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), a serem adotados, considerando o início da operação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR - e do Cadastro Ambiental Rural - CAR - na Paraíba. bit.ly/3ojVlew.

Paraná

Lei nº 18.295, de 10 de novembro de 2014 - Instituição, nos termos do art. 24 da Constituição Federal, do Programa de Regularização Ambiental das propriedades e imóveis rurais, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. bit.ly/3ruCCix.

Decreto nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 - Institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Paraná - Sicar-PR e adota demais providências. bit.ly/3lhURNY.

Decreto nº 11.515, de 29 de outubro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 18.295, de 10 de novembro de 2014, que dispõe sobre as formas, prazos e procedimentos para a regularização ambiental das propriedades rurais no estado do Paraná. bit.ly/3G94DAk.

Decreto nº 11.977, de 16 de agosto de 2022 (Anexo) - Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo e dá outras providências. bit.ly/3CnCXeB.

Decreto nº 8.922, de 07 de fevereiro de 2025 - Cria a Superintendência-Geral de Ordenamento Territorial e dá outras providências. bit.ly/4o2OpOQ.

Decreto nº 9.541, de 10 de abril de 2025 - Regulamenta a Lei nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná. bit.ly/3X6rl6G.

Decreto nº 11.711, de 03 de novembro de 2025 - Estabelece procedimentos na aplicação dos arts. 3º e 13 da Lei nº 18.295, de 10 de novembro de 2014, para realização da análise dinamizada das informações declaradas nos Cadastros Ambientais Rurais no âmbito do Estado do Paraná. bit.ly/3LFsAHq.

Instrução Normativa IAT nº 1, de 28 de maio de 2020 - Dispõe sobre procedimentos e critérios técnicos a serem adotados para a compensação de Reserva Legal nas modalidades de Servidão Ambiental, Cadastramento de Área Equivalente e excedente, doação de área no interior de Unidade de Conservação Estadual, realocação, readequação e retificação de Reserva Legal averbada. bit.ly/3dhpTHS.

Instrução Normativa IAT nº 3, de 08 de junho de 2020 - Dispõe sobre procedimentos e critérios técnicos a serem adotados para restauração de Reserva Legal (RL), Área de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Uso Restrito (AUR) no âmbito do Programa de Regularização Ambiental - PRA. bit.ly/3xOJVmp.

Instrução Normativa IAT nº 5, de 26 de julho de 2023 - Dispõe sobre os critérios e procedimentos administrativos para a análise individualizada e validação dos cadastros inseridos no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - Sicar. bit.ly/3Ri1tBC.

Instrução Normativa IAT nº 4, de 14 de outubro de 2024 - Determina as regras, critérios e procedimentos administrativos para a análise do CAR perimetral dos Imóveis Rurais de Assentamentos de Reforma Agrária - IRARA dos cadastros inseridos no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR. bit.ly/4iqmtTX.

Portaria IAP nº 97, de 26 de maio de 2014 - Define orientações técnicas e jurídicas para os procedimentos do IAP, a serem adotados, considerando o início da operação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - Sicar, no Paraná. bit.ly/3AzsFY7.

Portaria IAT nº 170, de 01 de junho de 2020 - Estabelece procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas - PRAD. bit.ly/3xN0ijj.

Portaria IAT nº 15, de 14 de janeiro de 2021 - Dispõe que os proprietários e possuidores de imóveis rurais que realizaram a inscrição no CAR até 31 de dezembro de 2020 poderão aderir ao Programa de Regularização Ambiental - PRA em até 2 anos, observado o disposto no § 4º do art. 29 e § 2º do Art. 59 da Lei Federal 12.651/2012 (Código Florestal). bit.ly/3I99dQZ.

Portaria IAT nº 404, de 16 de dezembro de 2021 - Fixa os procedimentos para a doação de áreas situadas no interior de Unidades de Conservação de domínio público, pendentes de regularização fundiária, ao órgão ambiental competente, para fins de averbá-la como Reserva Legal de imóvel situado fora dos limites da Unidade de Conservação, regularizando assim o seu passivo ambiental. bit.ly/404Lry4.

Portaria IAT nº 300, de 31 de agosto de 2022 - Estabelece critérios e procedimentos para o requerimento de Autorização de Supressão de Vegetação-ASV, nos casos de Utilidade Pública e Interesse Social, para floresta primária ou secundária nos estágios inicial, médio ou avançado de regeneração, campo, cerrado, manguezal e restinga, bem como para o monitoramento e avaliação do cumprimento das condicionantes técnicas expressas na autorização. bit.ly/3JXroMv.

Portaria IAT nº 82, de 27 de fevereiro de 2023 - Estabelece procedimentos para o cancelamento do CAR. bit.ly/48ialZn.

Portaria IAT nº 17, de 15 de janeiro de 2025 - Estabelece procedimentos para elaboração, análise, aprovação, execução e monitoramento de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas (PRADs) em ecossistemas terrestres. bit.ly/4rbXzel.

Resolução Conjunta Sema/IAP nº 07, de 23 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre procedimentos operacionais do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - Sicar Paraná, no âmbito do Programa de Regularização Ambiental no Estado do Paraná. bit.ly/3El8slk.

Resolução Sedest nº 42, de 07 de agosto de 2020 - Estabelece os requisitos para revisão dos Termos de Compromisso de imóveis com área acima de 4 (quatro) módulos fiscais, seguindo os parâmetros da Lei Federal 12.651/2012 e Lei Estadual nº 18.295/2014. bit.ly/3Gdwn6Z.

Orientação Técnica IAT nº 4, de 03 de novembro de 2022 - Dispõe sobre os roteiros de análise dos Cadastros Ambientais Rurais - CAR inscritos no Sistema de Cadastro Ambiental Rural - Sicar. bit.ly/3tdGEiv.

Pernambuco

Decreto nº 44.535, de 5 de junho de 2017 - Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR, instituído no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente - Sinima, e institui o Programa de Regularização Ambiental do Estado de Pernambuco - PRA/PE. bit.ly/3dkv2yN.

Instrução Normativa CPRH nº 4, de 4 de setembro de 2017 - Dispõe sobre as definições atribuídas à CPRH no Programa de Regularização Ambiental do Estado de Pernambuco - PRA/PE, vinculado ao Cadastro Ambiental Rural - CAR, e dá outras providências. bit.ly/31lhS1l.

Piauí

Lei Ordinária Estadual nº 6.132, de 28 de novembro de 2011 - Institui o Programa de Regularização Ambiental de Propriedades Rurais do Estado do Piauí, cria o Cadastro Ambiental Rural - CAR, e dá outras providências. bit.ly/3AITnn7.

Decreto nº 16.520, de 04 de abril de 2016 - Institui o Comitê Estadual de apoio à implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), e dá outras providências. bit.ly/3UKkOOE.

Instrução Normativa Semarh nº 3, de 23 de junho de 2022 - Dispõe sobre a localização da Reserva Legal e a instituição da Reserva Legal em Condomínio no estado do Piauí, disciplina os procedimentos de sua proposição e análise junto a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e dá outras providências. bit.ly/3GNKfa4.

Instrução Normativa Semarh nº 11, de 07 de agosto de 2023 - Dispõe sobre os procedimentos internos para efetivação de medidas cautelares de suspensão do Cadastro Ambiental Rural - CAR e embargos remotos de áreas desmatadas ilegalmente, e dá outras providências. bit.ly/3S5afo7.

Instrução Normativa Semarh nº 21, de 22 de fevereiro de 2024 - Altera a Instrução Normativa nº 03, de 23 de junho de 2022, que dispõe sobre a localização da Reserva Legal e a instituição da Reserva Legal em Condomínio no Estado do Piauí, disciplina os procedimentos de sua proposição e análise junto a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e dá outras providências. bit.ly/4iTaw9s.

Rio de Janeiro

Lei nº 8.538, de 27 de setembro de 2019 - Institui a Política Estadual de Restauração Ecológica, o Plano Estadual de Restauração Ecológica e estabelece seus mecanismos e altera as Leis Estaduais nº 3.239/1999 e 6.572/2013. bit.ly/3oiMGJs.

Decreto nº 44.512, de 9 de dezembro de 2013 - Dispõe sobre o cadastro ambiental rural - CAR, o programa de regularização ambiental - PRA, a reserva legal e seus instrumentos de regularização, o regime de supressão de florestas e formações sucessoras para uso alternativo do solo, a reposição florestal, e dá outras providências. bit.ly/3NZCCKQ.

Decreto nº 49.438, de 18 de dezembro de 2024 - Institui o Programa Estadual Florestas do Amanhã - FDA, visando incentivar a restauração dos ecossistemas e das paisagens da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro. bit.ly/4i89ENQ.

Resolução Inea nº 141, de 17 de agosto de 2016 - Define critérios e procedimentos para análise e validação dos cadastros inseridos no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - Sicar. bit.ly/2ZR0t0w.

Resolução Inea nº 143, de 14 de junho de 2017 - Institui o Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação da Restauração Florestal (Semar) e estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre elaboração, execução e monitoramento de projetos de restauração florestal no estado do Rio de Janeiro. bit.ly/31fXAXW.

Resolução Inea nº 149, de 24 de janeiro de 2018 - Regulamenta o Programa de Regularização Ambiental - PRA no estado do Rio de Janeiro, instituído pelo Decreto nº 44.512, de 09 de dezembro de 2013, e dá outras providências. bit.ly/4eiHADN.

Resolução Inea nº 284, de 31 de agosto de 2023 - Dispõe sobre o procedimento de análise dos cadastros da pequena propriedade ou posse rural no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e dá outras providências. bit.ly/3UG5FNU.

Acordo de Cooperação nº 01/2025 - Acordo de Cooperação que entre si celebram a União, por intermédio do Serviço Florestal Brasileiro, o Instituto Bvrio e a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, para os fins que especifica. bit.ly/445kyxW. Rio Grande do Sul

Lei nº 15.434, de 09 de janeiro de 2020 - Alterada pela Lei nº 16.111/2024 - Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. bit.ly/4f87lm5.

Decreto nº 52.431, de 23 de junho de 2015 - Dispõe sobre a implementação do Cadastro Ambiental Rural e define conceitos e procedimentos para a aplicação da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no estado do Rio Grande do Sul. bit.ly/3lrhaab.

Decreto nº 58.190, de 3 de junho de 2025 - Regulamenta o art. 203 da Lei nº 15.434, de 9 de janeiro de 2020, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. bit.ly/3XyYFmT.

Instrução Normativa Sema nº 1, de 18 de setembro de 2019 - Institui normas para acesso ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural - Sicar/RS por outras Secretarias e órgãos do Poder Público Estadual e ao Ibama. bit.ly/31rA4aa.

Instrução Normativa Conjunta Sema/Fepam nº 4, de 19 de outubro de 2023 - Estabelece critérios e procedimentos para análise das autorizações de supressão de vegetação nativa e das autorizações para uso da área convertida no Bioma Pampa em imóveis com áreas de preservação permanente e de reserva legal pendentes de recomposição da vegetação. bit.ly/4hwwEW9.

Portaria Conjunta Sema/Fepam nº 31, de 22 de novembro de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos para análise, validação, alteração e cancelamento dos registros dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural - CAR. bit.ly/3UICJVA.

Portaria Conjunta nº 02/2025 - Estabelece procedimento administrativo de regularização de áreas convertidas para uso alternativo do solo em imóveis rurais no Bioma Pampa. bit.ly/3X3adi9.

Diretriz Técnica Fepam nº 15, de 24 de julho de 2024 - Estabelece os procedimentos para instrução dos processos de Autorização para Supressão de Vegetação Nativa para uso alternativo do solo no Bioma Pampa. bit.ly/3OOA31M.

Rondônia

Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000 - Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico- Ecológico do Estado de Rondônia - ZSEE e dá outras providências. bit.ly/3YUGwS1.

Lei Complementar nº 1.193, de 22 de junho de 2023 - Implanta o Programa Permanente de Regularização Ambiental - PPRA, com o objetivo de promover a regularização ambiental dos imóveis rurais com passivos ambientais relativos às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito. bit.ly/3TpUYiD.

Decreto nº 17.281, de 14 de novembro de 2012 - Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR integrante do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - Sinima, no âmbito do estado de Rondônia e dá outras providências. bit.ly/3rvjn8H.

Decreto nº 20.627, de 8 de março de 2016 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado de Rondônia e dá outras providências. bit.ly/3rDI4zw.

Decreto nº 22.726, de 05 de abril de 2018 - Altera o Decreto nº 20.627 de 8 de março de 2016 sobre o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do estado de Rondônia. bit.ly/4enuogO.

Instrução Normativa Sedam nº 9, de 18 de julho de 2023 - Estabelece critérios técnicos para a elaboração do laudo técnico de identificação de tipologia vegetal para fins de definição de percentual de reserva legal em imóveis rurais no estado de Rondônia e dá outras providências. bit.ly/4emV1mi.

Portaria Sedam nº 304, de 28 de agosto de 2018 - Dispõe sobre o processo administrativo para obtenção da Certidão de Habilitação de Imóvel para fins de Compensação de Reserva Legal. bit.ly/4eqJ0Mp.

Portaria Sedam nº 305, de 28 de agosto de 2018 - Dispõe sobre o processo administrativo de regularização das áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito, no âmbito do Programa de Regularização Ambiental do estado de Rondônia e dá outras providências. bit.ly/48HDNP2.

Portaria Sedam nº 131, de 9 de maio de 2020 - Dispõe sobre o Termo de Compromisso de Regularização do Cadastro Ambiental Rural, no processo administrativo de licenciamento ambiental. bit.ly/3YHoJfM.

Portaria Sedam nº 285, de 17 de junho de 2022 - Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de projetos para uso alternativo do solo em florestas nativas e formações sucessoras no estado de Rondônia e dá outras providências. bit.ly/3YUG7Pv.

Governo do Estado de Rondônia; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam); Agência de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ) e Centro de Estudos Rioterra. Manual Técnico do Programa de Regularização Ambiental do Estado de Rondônia (versão preliminar). 2018. bit.ly/3UDbqMn.

Roraima

Lei Complementar nº 323, de 02 de agosto de 2022 - Dispõe sobre a criação do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de Roraima - ZEE-RR e dá outras providências. bit.ly/3UH0bT6.

Lei nº 2.068, de 04 de novembro de 2024 - Dispõe sobre a implantação do Programa de Regularização Ambiental de imóveis rurais no âmbito do estado de Roraima - PRA/RR e dá outras providências. bit.ly/3LKoxK2.

Decreto nº 33.476-E, de 31 de outubro de 2022 - Dispõe sobre o percentual de Reserva Legal em imóvel situado em área de formações florestais no estado de Roraima. bit.ly/48lbVzh.

Instrução Normativa Femarh nº 01, de 5 de novembro de 2012 - Estabelece procedimentos específicos para a regularização ambiental em imóveis rurais, conforme dispositivos legais da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, e instrumento para o Sistema de Produto Florestal - Sisprof. bit.ly/3AEN4Lm.

Instrução Normativa Femarh nº 02, de 03 de março de 2015 - Disciplina no âmbito do estado de Roraima, os procedimentos de emissão e controle das Cotas de Reserva Ambiental - CRA instituídas pelo art. 44, caput, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. bit.ly/32KsWWM.

Instrução Normativa Femarh nº 03, de 18 de março de 2015 - Dispõe sobre a implantação do Certificado de Regularidade Ambiental no estado de Roraima. bit.ly/31qSI77.

Instrução Normativa Femarh nº 05, de 08 de abril de 2015 - Define os procedimentos relativos ao requerimento de suspensão de aplicação de sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito, e de declaração de conversão da sanção pecuniária em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos do § 5º do art. 59 da Lei nº 12.651/2012. bit.ly/3y1mVRn.

Instrução Normativa Femarh nº 9, de 25 de abril de 2022 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos para suspensão e cancelamento de CAR-Cadastro Ambiental Rural, e alteração de dados de acesso a Central do Proprietário/Possuidor, visando correções junto ao Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural-Sicar. bit.ly/48LXLsv.

Instrução Normativa Femarh nº 11, de 25 de maio de 2022 - Altera a Instrução Normativa nº 05/2022, de 08 de fevereiro de 2022, regulamentando os processos administrativos estaduais para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. bit.ly/3NtIYtn.

Instrução Normativa FEMARH/PRES/DPTGT nº 15, de 30 de setembro de 2024 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos para solicitação de prioridade na análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR). bit.ly/4a0eoCZ.

Instrução Normativa FEMARH/PRES/DPTGT nº 2, de 23 de janeiro de 2025 - Revoga a Instrução Normativa Nº 14/2024/FEMARH/PRES/DPTGT, e dá providências sobre os procedimentos administrativos para análise de sobreposição, suspensão e cancelamento de cadastros de imóveis e vincular representante ou representante legal para acesso à Central do Proprietário ou Possuidor no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR. bit.ly/4a0TLXI.

Resolução Cema nº 1, de 20 de maio 2022 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades efetivas ou potencialmente poluidoras no estado de Roraima, estabelecendo critérios e procedimentos a serem adotados pelos órgãos competentes. bit.ly/3YHHJej.

Resolução Cema nº 3, de 25 de novembro de 2022 - Dispõe sobre os procedimentos para o registro da Reserva Legal de propriedades e posses rurais do estado de Roraima na Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Femarh. bit.ly/3GFjYeb.

Santa Catarina

Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009 - Alterada pela Lei nº 18.350, de 27 de janeiro de 2022 - Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. bit.ly/3GbkcHQ.

Decreto nº 2.219, de 03 de junho de 2014 - Regulamenta o Capítulo IV-B do Título IV da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, que dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR). bit.ly/3pfq77O.

Decreto nº 402, de 21 de outubro de 2015 - Regulamenta o Capítulo IV-A do Título IV da Lei nº 14.675, de 2009, implantando o Programa de Regularização Ambiental (PRA), e estabelece outras providências. bit.ly/3dhuxW9.

Instrução Normativa IMA nº 84, de 16 de julho de 2024 - Compensação de Reserva Legal. bit.ly/3YZw8rh.

Instrução Normativa Conjunta SDS/SAR nº 01, de 01 de julho de 2014 - Aprova o Manual Operativo do Cadastro Ambiental Rural - CAR. bit.ly/3laVNUq.

Instrução Normativa IMA nº 16, de 22 de julho de 2025 - Recuperação de Áreas Degradadas. bit.ly/4r7oYye.

Portaria IMA nº 230, de 03 de dezembro de 2021 - Estabelece procedimentos para retificação, readequação e realocação de Reserva Legal averbada. bit.ly/4hGdIUI.

Portaria IMA nº 165, de 11 de julho de 2023 - Extensão de área de restinga como área de preservação permanente. bit.ly/47jFekK.

Enunciado IMA nº 5, de 13 de dezembro de 2023 - Metodologia para a delimitação de APP de topo de morro. bit.ly/4fluo1Y.

São Paulo

Lei nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015 - Dispõe em caráter específico e suplementar, nos termos dos artigos 23, III, VI e VII e 24, VI e parágrafos da Constituição Federal e nos termos dos artigos 191, 193, XVI, 194, parágrafo único, 197, 205, III, 209, 213, da Constituição do estado de São Paulo, sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA das propriedades e imóveis rurais, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e sobre a aplicação da Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, no âmbito do estado de São Paulo. bit.ly/3G7CF7T.

Decreto nº 59.261, de 5 de junho de 2013 - Institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo SICAR-SP, e dá providências correlatas. bit.ly/3Gpkuen.

Decreto nº 60.107, de 29 de janeiro de 2014 - Dá nova redação e acrescenta dispositivo ao Decreto Estadual nº 59.261, de 5 de junho de 2013 que institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo - SICAR-SP. bit.ly/3DgovzB.

Decreto nº 64.842, de 05 de março de 2020 - Regulamenta a regularização ambiental de imóveis rurais no estado de São Paulo, nos termos da Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e da Lei estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, e dá providências correlatas. bit.ly/3lwdLHd.

Decreto nº 65.182, de 16 de setembro de 2020 - Institui o Programa Agro Legal, regulamenta os artigos 27 e 32 da Lei nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a regularização ambiental de imóveis rurais no estado de São Paulo, e altera o Decreto nº 64.842, de 5 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015. bit.ly/3rwt1aP.

Decreto nº 66.417, de 30 de dezembro de 2021 - Alterado pelo Decreto nº 66.530, de 25 de fevereiro de 2022 - Reorganiza a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá providências correlatas. bit.ly/3JSGxgT.

Decreto nº 66.550, de 07 de março de 2022 - Reorganiza o “Programa Remanescentes Florestais”, de que tratam o artigo 23 da Lei nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, e os artigos 51 a 67 do Decreto nº 55.947, de 24 de junho de 2010, passando a denominar-se “Programa Refloresta-SP”, e reorganiza o “Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água-Nascentes”, de que trata o Decreto nº 62.914, de 8 de novembro de 2017, passando a denominar-se “Programa Nascentes”, e dá providências correlatas. bit.ly/3mXoNJ9.

Decreto nº 67.430, de 30 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico no estado de São Paulo - ZEE-SP, de que tratam a Lei nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, e o Decreto nº 66.002, de 10 de setembro de 2021, e dá providências correlatas. bit.ly/4fglymi.

Portaria CBRN nº 03, de 11 de fevereiro de 2015 - Estabelece procedimentos em relação aos requerimentos de aprovação da localização de Reserva Legal, considerando a efetiva implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR. bit.ly/3pjFkVr.

Portaria CBRN nº 12, de 17 de dezembro de 2018 - Estabelece, no âmbito do Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo - SICARSP, procedimentos referentes ao mecanismo de regularização da Reserva Legal de imóveis rurais mediante compensação por meio de alienação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendentes de regularização fundiária, sob a gestão de órgãos da Administração Direta ou de entidades da Administração Indireta do Estado de São Paulo. bit.ly/31kSREd.

Portaria CBRN nº 13, de 19 de dezembro de 2018 - Estabelece os procedimentos para a análise, no âmbito da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN, de Cadastros Ambientais Rurais - CARs de imóveis rurais situados no estado de São Paulo, com vistas à sua adequação ambiental, assim como para o acompanhamento das ações necessárias a esta finalidade. bit.ly/3EdVypj.

Portaria CFB nº 7, de 31 de maio de 2021 - Dispõe sobre o Protocolo de Monitoramento das áreas submetidas à Exploração Agroflorestal em Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL de que tratam os artigos 12 e 32 da Resolução SMA 189, de 20 de dezembro de 2018. bit.ly/4fBdyMF.

Portaria CATI nº 3, de 24 de julho de 2024 - Institui e dá atribuições ao Grupo de trabalho de Apoio à Regularização Ambiental Rural. bit.ly/3AlbNEx.

Portaria Normativa nº FF 438, de 30 de julho de 2024 - Estabelece procedimentos para localização de áreas/imóveis em relação às Unidades de Conservação sob gestão da Fundação Florestal. bit.ly/3OjAgNT.

Resolução SMA nº 32, de 3 de abril de 2014 - Estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no estado de São Paulo, e dá providências correlatas. bit.ly/3dgN5po.

Resolução SMA nº 146, de 08 de novembro de 2017 - Institui o Mapa de Biomas do estado de São Paulo, e dá outras providências. bit.ly/3UELakA.

Resolução SMA nº 165, de 29 de novembro de 2018 - Regulamenta o mecanismo de regularização da Reserva Legal dos imóveis rurais mediante compensação por meio de alienação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária, sob a gestão de órgãos da Administração Direta ou de entidades da Administração Indireta do estado de São Paulo. bit.ly/3dc698i.

Resolução SMA nº 189, de 20 de dezembro de 2018 - Estabelece critérios e procedimentos para exploração sustentável de espécies nativas do Brasil no estado de São Paulo. bit.ly/3y1odfb.

Resolução Conjunta SAA/SIMA nº 01, de 12 de março de 2019 - Dispõe sobre o detalhamento das atribuições das Secretarias de Agricultura e Abastecimento - SAA e de Infraestrutura e Meio Ambiente - Sima, decorrentes do Decretos 64.131, de 11 de março de 2019, cria grupo de trabalho e dá providências correlatas. bit.ly/3I81xhl.

Resolução Conjunta SAA/Sima nº 3, de 16 de setembro de 2020 - Dispõe sobre as medidas de regeneração, de recomposição e de acompanhamento da vegetação nativa, bem como as de compensação da Reserva Legal, nos Projetos de Recomposição de Áreas Degradas e Alteradas - Pradas, no âmbito do Programa de Regularização Ambiental dos imóveis rurais no estado de São Paulo - PRA, disciplinado pela Lei estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, e pelo Decreto estadual nº 64.842, de 05 de março de 2020. bit.ly/3LNQSNu.

Resolução SAA Nº 55, de 18 de setembro de 2020 - Dispõe sobre orientações, critérios e procedimentos para, no âmbito do Programa Agro Legal, regularizar a Reserva Legal dos imóveis rurais no estado de São Paulo, não localizados em Unidades de Conservação de domínio público e em territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, segundo o disposto nos artigos 67 e 68 da Lei federal 12.651/12 e 27 e 32 da Lei estadual 15.684/15 e nos Decretos 65.182/2020 de 16/09/2020 e 64.131, de 11/03/2020. bit.ly/3IQ1cHd.

Resolução SAA/Sima nº 4, de 1 de outubro de 2021 - Alterada pela Resolução Conjunta SAA/ SIMA nº 5/2021 - Aprova o Manual Técnico Operacional - Volume I com as orientações, as diretrizes e os critérios aplicáveis à recomposição da vegetação nativa, para regularização ambiental dos imóveis rurais, os procedimentos para sua aplicação e contribui para alcance dos objetivos do Decreto nº 65.881 de 20 de julho de 2021, e dá providências correlatas. bit.ly/3oI3waL.

Resolução conjunta SAA/Sima nº 5, de 18 de janeiro de 2021 - Altera dispositivo da Resolução Conjunta SAA/Sima nº 4, de 1 de outubro de 2021, que aprova o Manual Técnico Operacional - Volume I com as orientações, as diretrizes e os critérios aplicáveis à recomposição da vegetação nativa, para regularização ambiental dos imóveis rurais, os procedimentos para sua aplicação e contribui para alcance dos objetivos do Decreto nº 65.881 de 20 de julho de 2021, e dá providências correlatas. bit.ly/3NYyQIf.

Resolução SAA nº 8, de 21 de janeiro de 2022 - Dispõe sobre os demonstrativos da situação das informações declaradas no Cadastro Ambiental Rural-CAR no estado de São Paulo. bit.ly/3Tv8wYi.

Resolução SAA nº 34, de 29 de março de 2022 - Institui os mapas e as bases espaciais de referência a serem disponibilizados para consulta pública de forma integrada ao Sicar-SP - Sistema de Cadastro Ambiental Rural do estado de São Paulo, conforme o disposto no artigo 5º do Decreto estadual nº 65.182 de 16 de setembro de 2020. bit.ly/3Z6EK0x.

Resolução SAA nº 50, de 03 de junho de 2022 - Aprova a minuta-padrão do Termo de Compromisso da Adequação Ambiental - TCA, voltado aos imóveis rurais cujos proprietários ou possuidores não venham a aderir ao Programa de Regularização Ambiental - PRA. bit.ly/3IpYwTF.

Resolução SAA nº 51, de 03 de junho de 2022 - Aprova a minuta-padrão do Termo de Compromisso do Programa de Regularização Ambiental - TCPRA, previsto na Lei Estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015. bit.ly/3JTU5yy.

Resolução Conjunta SAA/Sima nº 4, de 25 de julho de 2022 - Estabelece procedimentos para a análise e emissão de atos administrativos de cadastro ou outorga para interferências em recursos hídricos e de licenciamento ambiental para a implantação de barramentos e reservatórios destinados às atividades agrossilvopastorais. bit.ly/4ahlsYn.

Resolução Sima nº 80, de 08 de setembro de 2022 - Regulamenta o mecanismo de cumprimento da Compensação Ambiental por Supressão de Vegetação Nativa, intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) ou corte de árvores isoladas por meio de alienação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária, sob a gestão de órgãos da Administração Direta ou de entidades da Administração Indireta do estado de São Paulo. bit.ly/3NImSbK.

Resolução Sima nº 110, de 15 de dezembro de 2022 - Regulamenta o mecanismo de cumprimento da Compensação Ambiental por Supressão de Vegetação Nativa, intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) ou corte de árvores isoladas por meio de alienação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária, sob a gestão de órgãos da Administração Direta ou de entidades da Administração Indireta do estado de São Paulo. bit.ly/3uTEh50.

Resolução SAA nº 20, de 04 de maio de 2023 - Dispõe sobre a gestão do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - Sicar-SP, o procedimento para atender às demandas relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural - CAR e à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, bem como a competência para atualizar as informações contidas no sistema Doc.Car e a utilização do sistema Fale CAR SP. bit.ly/3UJsyQG.

Resolução SAA nº 50, de 02 de julho de 2024 - Estabelece no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SAA, os procedimentos a serem observados nas diferentes etapas do processo da Regularização Ambiental das propriedades e posses rurais do estado de São Paulo. bit.ly/4ffeDdn.

Resolução SAA nº 55, de 16 de julho de 2024 - Dispõe sobre os procedimentos para análise de requerimentos sobre compensação da Reserva Legal em áreas adquiridas para esta finalidade sob a vigência do inciso III do artigo 3º da Resolução SMA 146, de 08 de novembro de 2017. bit.ly/4ffs90h.

Resolução Conjunta SAA/SEMIL nº 1, de 29 de abril de 2025 - Aprova o Manual Técnico Operacional - Volume II (bit.ly/4nVVdgV) com as orientações, as diretrizes e os critérios aplicáveis à compensação de Reserva Legal, para regularização ambiental dos imóveis rurais, os procedimentos para sua aplicação e contribuição para o alcance dos objetivos do Decreto estadual nº 65.182, de 16 de setembro de 2020, e dá providências correlatas. bit.ly/3K2Inzx.

Governo do Estado de São Paulo. Manual de orientações para Inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental rural (Sicar-SP) e Adequação Ambiental de imóveis rurais do Estado de São Paulo. São Paulo, 2019. bit.ly/3yRy9Jn.

Tocantins

Lei nº 2.656, de 06 de dezembro de 2012 - Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Tocantins - ZEE, e adota outras providências. bit.ly/3og5Y24.

Lei nº 2.713, de 09 de maio de 2013 - Institui o Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural - TO-LEGAL, e adota outras providências. bit.ly/3oh4hS9.

Decreto nº 6.617, de 19 de abril de 2023 - Institui a Comissão de Análise e Validação do Cadastro Ambiental Rural - CAR no estado do Tocantins, e adota outras providências. bit.ly/47R2p6N.

Decreto nº 6.888, de 20 de janeiro de 2025 - Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR. bit.ly/44cKDv1.

Instrução Normativa Naturatins nº 04, de 03 de julho de 2012 - Institui normas técnicas para o Cadastro Ambiental Rural - CAR e adota outras providências. bit.ly/3oh3rVv.

Instrução Normativa Conjunta Semarh/Naturatins nº 1, de 03 de julho de 2024 - Estabelece procedimentos nos processos de inscrição e análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR, e na instrução dos Termos de Compromisso de Adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA, e adota outras providências. bit.ly/48DYjAm.

Instrução Normativa Conjunta Semarh/Naturatins nº 2, de 15 de julho de 2024 - Dispõe sobre os procedimentos internos para efetivação de medidas cautelares de suspensão do Cadastro Ambiental Rural - CAR e embargo de áreas, para refrear emergencialmente as ocorrências de desmatamento ilegal, identificadas pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, e adota outras providências.

Portaria Naturatins nº 110, de 28 de julho de 2023 - Institui normas técnicas e procedimentos quanto à Resolução de conflitos relacionados ao Cadastro Ambiental Rural - CAR onde houve supressão de vegetação nativa de forma irregular após 22 de julho de 2008 com base na adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA, para imóveis objetos de ação judicial, com decisões liminares, interlocutórias ou definitivas, nas quais determinam à adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA. bit.ly/47bgICl.

Resolução Coema nº 61, de 02 de outubro de 2015 - Dispõe sobre o Cadastro de Imóveis Rurais para Doação em Unidade de Conservação - Ciduc e dá outras providências. bit.ly/3luduVm.

Declaração Semades s/nº, de 10 de setembro de 2014 - Dispõe sobre a adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

climatepolicyinitiative.org